



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO &
SUSTENTABILIDADE



EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE COMO VETORES PARA O PROGRESSO ECONÔMICO



Josué Gomes da Silva

Empresário e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

No ano do bicentenário da Independência, o Brasil, um dos países que ostentou elevadas taxas de crescimento nos primeiros 80 anos do século passado, perdeu completamente o ritmo. Nas últimas quatro décadas, a indústria de transformação nacional tem encolhido. O setor chegou a ter 27% de participação no PIB, que atualmente representa cerca de 11%. Essa desindustrialização precoce e acelerada é grave para o país devido à capacidade do setor de dinamizar a economia.

Alguns dados comprovam essa importância. A indústria de transformação possui efeito multiplicador de 2,4, ou seja, a cada R\$ 1,00 produzido, são gerados R\$ 2,4 na economia. Além disso, possui efeitos positivos sobre o mercado de trabalho, dado que, além de pagar, em média, maiores salários, possui um grau de formalização maior. A indústria representa 67% dos gastos privados em pesquisa e desenvolvimento, com efeitos que transbordam para outros setores da economia e fortalecem o progresso tecnológico. Uma das razões pelas quais o setor está perdendo participação é o fato de arcar com a maior parcela na arrecadação tributária total, ao redor de 30%, a despeito de representar 11% do PIB.

Para a economia, é fundamental recuperar o tamanho da indústria de transformação. Ela é a portadora do futuro, dada a sua capacidade de inovar.

Para a economia, é fundamental recuperar o tamanho da indústria de transformação. Ela é a portadora do futuro, dada a sua capacidade de inovar. Cabe destacar que, tradicionalmente, a indústria de transformação apresenta uma produtividade potencialmente maior quando comparada com outros setores. Essa relação se deve, principalmente, à intensidade de capital e à presença de economias de escala, que viabilizam a absorção de tecnologia por meio de máquinas e equipamentos,

bem como via transbordamentos tecnológicos para outros setores. Contudo, a produtividade brasileira vem se reduzindo e a indústria está sendo penalizada nesse processo. A produtividade do trabalho no Brasil já foi quase 50% da norte-americana, mas representa, atualmente, menos de 26%. É menor do que a do México e cerca de um terço quando comparada com países europeus.

Reverter esse processo não é uma tarefa fácil, embora os diagnósticos sejam plenamente conhecidos. As federações das indústrias, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), têm feito um trabalho importante no campo da educação, condição necessária para promover a recuperação do setor. O investimento nessa área é uma emergência nacional, uma vez que, sobretudo no período pós-pandemia, houve forte regressão educacional. Os índices mostram que, a cada 100 alunos que entram no ensino fundamental I na rede pública em São Paulo, menos de 70 concluem o ensino médio até os 19 anos. Dos alunos que terminam o ensino fundamental, menos de 50% possuem aprendizagem adequada em Língua Portuguesa, enquanto no ensino médio esse índice cai para menos de 40%, o que representa um aprendizado insuficiente e desadaptado às necessidades da sociedade e da economia.

Os impactos desse retrocesso não serão resolvidos de imediato. Logo, é preciso avançar na melhoria dos indicadores do ensino médio e uma das melhores alternativas é valorizar, sobretudo, o itinerário profissional tecnológico. Um avanço importante foi verificado a partir da aprovação da Lei do Novo Ensino Médio, a qual passou a incluir a qualificação profissional no currículo. Contudo, o país ainda precisa avançar nesse tema, buscando promover, inclusive, a valorização e a qualificação do corpo docente.

Precisamos reforçar a importância da educação profissional e tecnológica na sociedade, modalidade de ensino que possui a grande vantagem de associar dois direitos fundamentais: o direito à educação e o direito ao trabalho. Em países como Alemanha, Suíça, Áustria e Holanda, cerca de 50% dos alunos do ensino médio também recebem formação profissional tecnológica. Não é por acaso que tais países apresentam os menores índices de desemprego entre os jovens e as maiores taxas de industrialização dos países europeus que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No caso brasileiro, no entanto, apenas cerca de 10% dos estudantes matriculados no ensino médio têm acesso ao ensino profissional.

REINDUSTRIALIZAR PARA CRESCER

Ao assumir a presidência da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), meu principal propósito foi investir em educação, que, a meu ver, é tema prioritário. Para voltar a contar com uma indústria de transformação pujante, indispensável para o país retomar taxas elevadas de crescimento, precisamos nos dedicar a educar nossos jovens com a máxima qualidade. Nessa perspectiva, a boa notícia é que o Brasil já dispõe de instituições como o SESI e o SENAI, que prestam serviços eficientes não só à indústria, mas à toda a sociedade, por meio do fomento a educação de qualidade, inovação e tecnologia, cultura, lazer e esporte. O SENAI pode ajudar os estados a expandirem e modernizarem o ensino profissional no país, de forma articulada com o sistema público.

Para o incremento da produtividade é imperativo, ainda, o fortalecimento do acesso ao crédito. Isso porque máquinas e equipamentos modernos são fatores essenciais para o aumento da produtividade. A partir de uma educação de qualidade e capital da fronteira tecnológica, será possível retomar a expansão do setor e da economia como um todo. Caso contrário, continuaremos a ver a produtividade sendo cada vez mais reduzida.

No mesmo processo, é fundamental implementar mudanças no modelo atual de tributação visando instituir um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), amplamente adotado pelas principais economias ao redor do mundo. Esse princípio favorece a isonomia, a transparência e a simplicidade, com efeitos diretos sobre a competitividade das empresas e a segurança jurídica.

Temos também amplas possibilidades de sermos líderes em economia verde. As autoridades estrangeiras compreendem que o setor privado faz sua parte, sabem que as empresas brasileiras cuidam do meio ambiente e que apenas alguns casos isolados, ao arrempio da lei, acabam prejudicando nossa imagem. O setor pode avançar ainda mais nesse campo. A maneira de reindustrializar o Brasil é descarbonizando a economia, o que vem sendo feito por outras nações. O país deve abraçar essa alternativa, pois trata-se de uma oportunidade de desenvolvimento e de sermos líderes mundiais nessas tecnologias, como já ocorre com o etanol e outros biocombustíveis. Podemos exportar diversos produtos de valor agregado para crescer e promover a reindustrialização. Esse processo deve ser conduzido com o desenho de políticas industriais modernas, priorizando o progresso tecnológico e a transição para uma economia de baixo carbono.

Precisamos reforçar a importância da educação profissional e tecnológica na sociedade, modalidade de ensino que possui a grande vantagem de associar dois direitos fundamentais: o direito à educação e o direito ao trabalho.

O bicentenário da Independência é uma data que tem de ser lembrada, comemorada e, ao mesmo tempo, analisada com um olhar para a frente, para que os próximos 200 anos contemplem uma trajetória de crescimento sustentado. Os investimentos convertidos hoje serão a base para a estrutura produtiva e a inserção da economia brasileira nas cadeias globais de valor no futuro.

FÓRMULA PARA O PROGRESSO

Josué Gomes da Silva constata a baixa produtividade da indústria nacional, quando comparada à de outros países; alerta que essa é uma das causas da baixa renda social e de sua má distribuição, que dificultam o enfrentamento da pobreza; e aponta o descuido com a educação como a principal causa da baixa produtividade e suas consequências.

Ele é corretamente enfático ao explicitar a importância da reindustrialização do Brasil, com elevação na produtividade, para servir de base à retomada do crescimento. A indústria é o setor de maior efeito multiplicador e a maior responsável por investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento. Uma política fiscal eficiente é fundamental para promover a reindustrialização, aproveitando a janela de oportunidade que surge com as exigências mundiais de economia verde.

O líder empresarial conclui que a educação deve ser a grande prioridade nas próximas décadas, especialmente na área de educação profissional e tecnológica. Para tanto, lembra o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo SESI e pelo SENAI na qualificação de trabalhadores e na formação de jovens.

O Brasil foi o país que mais cresceu durante o período do chamado "milagre econômico" (1968-1973), apesar do descuido com a educação. Isso faz com que seja difícil convencer a população sobre a importância de se investir nessa área e sobre a necessidade de priorizá-la, como condição sine qua non para o progresso. As palavras enfáticas do presidente da FIESP trazem a esperança de que o nosso país, finalmente, possa despertar para o fato de que o principal vetor para o desenvolvimento econômico e a justiça social será a implantação de um sistema educacional de qualidade e equânime no país.

Josué Gomes da Silva defende, também, que o Brasil tenha um irrevogável compromisso com a sustentabilidade ambiental que, na sua visão, é o caminho mais eficaz para reverter o processo de desindustrialização que, há algum tempo, assola o país. Ao unir educação e sustentabilidade como o binômio para o progresso futuro do Brasil, ele nos oferece uma visão nova, moderna, e um desafio lúcido para nosso terceiro século de independência, que ora se inicia.

DOMÍNIO TECNOLÓGICO É FUNDAMENTAL PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO



Paulo Gala

Economista e professor de economia na FGV-SP. Foi pesquisador visitante nas Universidades de Cambridge UK e Columbia NY. É autor do livro "Brasil, uma economia que não aprende"

Desenvolvimento econômico requer domínio tecnológico. Os países são ricos porque têm esse domínio ou, como dizem os economistas, estão na fronteira tecnológica. Tendo em vista esse entendimento, não existe outro caminho para se desenvolver, para aumentar a renda *per capita*, para enriquecer o país, para reduzir desigualdades, que não seja avançar no domínio tecnológico, em sintonia com a janela de oportunidade do momento histórico. Usando termos de Freud, a indústria é a estrada real do domínio tecnológico ("*the royal road to the technological domain*"). Não existe país que tenha chegado à fronteira tecnológica do mundo sem ter um setor industrial forte. A ideia de que existe desenvolvimento sem indústria não para de pé.

Todos os países mais ricos do mundo são hiperindustrializados e têm um domínio tecnológico de fronteira. A produção *per capita* industrial das nações mais desenvolvidas é de, no mínimo, 5 mil dólares; em muitos casos, 10 mil dólares. Elas perderam parte da indústria chamada *medium tech* ou *low tech*, mas mantêm a indústria de fronteira. Alemanha, Suécia, Coreia do Sul, Suíça, Estados Unidos, Finlândia e Dinamarca, por exemplo, são países que têm indústria super *high tech* e produção industrial *per capita* altíssima.

Não existe país que tenha chegado à fronteira tecnológica do mundo sem ter um setor industrial forte. A ideia de que existe desenvolvimento sem indústria não para de pé.

Parte de serviços sofisticados, em geral, também caminha nessa mesma trilha. Um bom exemplo é a *Apple*, empresa mais valiosa do mundo atualmente, com valor estimado em 3 trilhões de dólares. Não é possível afirmar se ela é uma empresa industrial ou de serviços tecnológicos. Toda a parte de design, de TI (*Tecnologia da*

Informação), de criação de softwares, mostra que a parte de serviços complexos e sofisticados é essencial. Em geral, caminham juntos com o setor industrial. Você não vai encontrar um setor de serviços hiper sofisticado no mundo, sem um setor industrial hipersofisticado ao lado.

Essa é uma premissa-chave para entendermos o que é preciso fazer para viabilizar a reindustrialização do Brasil. Não há outro caminho. O problema é que esse processo tem que ser feito em um ambiente mundial de mercados extremamente concentrados. A ideia de que vamos simplesmente promover uma abertura comercial e conquistar mercados no mundo é um mito, porque a gente está falando de um cenário em que as grandes multinacionais têm 30%, 40%, 60% do comércio mundial. Nosso desafio é enfrentar essa concentração industrial, bater os incumbentes (*players* tradicionais) e fazer empresas do porte de uma *Boeing*, de uma *Siemens*, de uma *Pfizer*.

Esse é o tipo de desafio que o Brasil enfrenta para se desenvolver, especialmente no setor industrial. É ingênuo imaginar que a abertura comercial pura e simples fará com que a gente consiga lutar, de igual para igual, com empresas que têm escala produtiva, domínio tecnológico, domínio de patentes, economias de escopo – coisas que

elas estão construindo há séculos. Para entender o campo em que estamos jogando, precisamos reconhecer a assimetria de competição em um mercado cada vez mais concentrado. Cortar ou reduzir tarifas e abrir a economia brasileira não basta para jogar nessa arena. O campo do comércio mundial não é neutro; é inclinado, onde os países emergentes jogam chutando *de baixo para cima*. Alemanha, Suíça, Suécia, Itália, Estados Unidos e Japão têm posição de domínio nos principais mercados tecnológicos mais sofisticados. Suas multinacionais jogam *de cima para baixo*, graças às ações tomadas no passado histórico em seus países.

Nosso desafio é encontrar vantagens comparativas que nos permitam bater as empresas que já dominam os grandes mercados mundiais. É necessário que as políticas públicas sejam utilizadas para turbinar nossas empresas, para que elas consigam galgar espaços tecnológicos. Tal apoio precisa ocorrer mediante exigência de contrapartidas, como a conquista de mercado mundial, metas de exportação e avanços em sofisticação tecnológica. Já temos algumas companhias nacionais com domínio tecnológico e alcance global – como WEG, Marco Polo, Embraer e lochpe –, mas elas ainda são exceções à regra. É preciso mais, muito mais.

JANELA DE OPORTUNIDADES DA SUSTENTABILIDADE

Nas décadas de 1980 e 1990, a Coreia do Sul soube dar saltos para aproveitar janelas tecnológicas que então se abriam. O país deu, por exemplo, um *bypass* na inovação da televisão: foi direto para a tela plana, pulando os japoneses, que ainda estavam produzindo aparelhos de TV com tubo. Depois, os coreanos se anteciparam na produção de *smartphones*. Mais recentemente, a China, como nenhum outro país, aproveitou a janela de oportunidades aberta pelo mercado de veículos movidos a eletricidade, que poluem muito menos do que aqueles com motores a combustão. Do total de 1 milhão de veículos elétricos fabricados por ano no mundo, o país oriental produziu mais da metade. Na cidade de *Shenzhen*, 100% dos ônibus e 50% dos táxis já são elétricos. A principal fábrica da Tesla, que criou o primeiro veículo totalmente elétrico do mundo, está localizada em *Shanghai*.

O Brasil tem, hoje, a oportunidade da janela da transição verde, da sustentabilidade. Já somos um dos maiores *players* mundiais em etanol e em biomassa, e temos um

grande potencial para o hidrogênio verde. Além disso, 10% da energia nacional são gerados por parques eólicos localizados no Nordeste. Isso é mais do que é gerado em Itaipu. A multinacional brasileira WEG está entrando no mercado de aerogeradores e já tem participação importante na produção de veículos elétricos na China.

O planeta está sendo destruído. Se não fizermos uma transição energética, a civilização não vai aguentar. Por isso, esta oportunidade (*da sustentabilidade*) caiu no colo do Brasil, mas, para aproveitá-la, precisamos desenhar políticas públicas que fomentem o desenvolvimento do país nessa área. Não vamos fazer isso apenas porque queremos salvar o planeta, mas também porque é o caminho para retomarmos a industrialização em setores que ainda não estão tomados, nem desenvolvidos, nem dominados pelas gigantes multinacionais. Estamos entre as maiores economias do mundo, mas só chegamos à metade do caminho e da escada tecnológica. Agora, a subida até o topo é muito mais difícil do que até a metade, porque vamos ter que enfrentar diretamente os grandes atores do mercado mundial.

A visão da sustentabilidade precisa ser reunida com visão de negócio, como

A visão da sustentabilidade precisa ser reunida com visão de negócio, como oportunidade para reindustrializar o Brasil, na transição em marcha da economia mundial. Essa é a grande janela que se abre para o desenvolvimento econômico do país.

oportunidade para reindustrializar o Brasil, na transição em marcha da economia mundial. Essa é a grande janela que se abre para o desenvolvimento econômico do país. Temos os recursos necessários para nos beneficiarmos dessa chance histórica, mas precisamos fazer as escolhas certas.

As missões industriais estão colocadas de maneira mais forte do que nunca. Não podemos cair no *canto da sereia do boom de commodities*. Não devemos repetir os erros do passado.

BOOM DE COMMODITIES X TECNOLOGIA INDUSTRIAL

De tempos em tempos, o Brasil se beneficia do *boom* mundial de *commodities*. Avançamos muito nos últimos dez anos em área plantada de soja e, também, na produção de petróleo. Estamos entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo, com praticamente 4% da produção mundial. O volume que exportamos de minério de ferro, carne de boi, soja e demais produtos do agronegócio nos deixa em uma posição muito boa no ranking mundial.

Contudo, não estamos lidando satisfatoriamente com o desafio do desenvolvimento tecnológico industrial. Não temos políticas públicas desenhadas especificamente para aproveitar esse bom momento, com o propósito de reindustrializar o país. Temos desemprego e salários baixos, produção industrial patinando e, pior, a inflação voltando. Esse é o velho dilema brasileiro: quando temos uma bonança proporcionada pelas *commodities*, contamos com fluxo de dólares, reservas elevadas e crescimento nos setores extrativistas e do agronegócio, mas surgem

problemas sociais, aumento do custo de vida, além da concorrência de produtos importados, o que afeta a indústria nacional.

Nos últimos anos, graças ao grande volume de reservas de gás natural do pré-sal, o Brasil tornou-se uma espécie de "*Arábia Saudita do Atlântico Sul*". Entretanto, de nada adianta só extrair o gás e vendê-lo para o mundo. Precisamos de políticas públicas que aproveitem o fluxo de divisas para investir na reindustrialização do país. Seria criar, por exemplo, uma indústria nacional de fertilizantes nitrogenados, para dar segurança ao agronegócio. O conflito bélico na Ucrânia revelou o altíssimo risco de ficarmos na dependência da Rússia e da Bielorrússia nessa área.

As missões industriais estão colocadas de maneira mais forte do que nunca. Não podemos cair no *canto da sereia do boom de commodities*. Não devemos repetir os erros do passado. É necessário e urgente desenhar uma agenda de reindustrialização com políticas públicas, missões, metas e projetos industriais, usando o BNDES e outras fontes de promoção do desenvolvimento. Esse é um dos grandes desafios colocados para o Brasil hoje, no contexto de transição para a economia verde e a sustentabilidade.

PARA NÃO PERDERMOS O “TREM DA HISTÓRIA”

*Para o Brasil competir de forma equitativa no mercado global, é necessário buscar o domínio tecnológico, que, na visão do economista **Paulo Gala**, é fator fundamental para se alcançar o desenvolvimento econômico. Ele afirma que é preciso implementar políticas públicas com vistas a desenvolver a capacidade tecnológica, como base para a urgente necessidade de reindustrialização do país. A conclusão a que Gala chega é que não existe país que tenha chegado à fronteira tecnológica do mundo sem ter uma indústria forte. Pode-se dizer, também, que os países se industrializaram porque têm o domínio tecnológico.*

Lamentavelmente, ao longo dos anos e de vários governos, muitas políticas públicas foram executadas no Brasil mais com o propósito de proteger o atraso do que o de apoiar a inovação. A partir de 1930, o país tentou aproveitar a janela de oportunidades aberta pela interrupção do comércio internacional, devido à Grande Depressão e à II Guerra Mundial. Naquele momento, o esgotamento do comércio exterior permitiu induzir a industrialização com políticas públicas e instituições estatais e privadas. Graças à adoção de proteção alfandegária à indústria nacional, aproveitamos o mercado interno potencial. Entretanto, continuamos atrelados ao modelo anterior de produção. Recentemente, tentamos sair da armadilha do protecionismo com a ilusão oposta: que o caminho seria a abertura comercial e o desmonte do Estado.

A história brasileira, desde a Independência, é uma narrativa de ciclos esgotados e oportunidades não aproveitadas. Os relativos sucessos nos acomodaram. Sentados sobre o ouro, a borracha, o café e o açúcar, perdemos grandes oportunidades para construir um parque industrial equivalente ao dos Estados Unidos e de países europeus. A economia brasileira avançou aos soluços, ancorada no boom mundial de commodities, que ocorre de tempos em tempos. Mas o fato é que a soja e o petróleo – que, juntamente com o minério de ferro, são as principais commodities do país – nos trazem uma riqueza com data marcada para terminar.

Nas últimas décadas, perdemos o bonde da revolução tecnológica, sobretudo por não dispormos de base educacional e científica. Agora, estamos assistindo o previsível esgotamento dos booms do petróleo e da soja, sem nos prepararmos para aproveitar as novas oportunidades que se descortinam à frente. A crise ambiental que assombra o mundo nos abre novas perspectivas, como bem acentua Paulo Gala. Ele ressalta que o Brasil tem imensas vantagens comparativas, que podem fazer a diferença nesse novo cenário mundial. Se não quisermos perder novamente o “trem da história”, ficando de fora das agendas da inovação e da sustentabilidade (principais pilares da nova era que surge), é crucial que tenhamos um senso de urgência e de missão.



CHANCE PARA UMA NOVA MISSÃO



Bernardo Gradin

*Empresário, fundador e CEO da empresa GranBio.
Integra o Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial
pela Inovação (MEI)*

O debate sobre desenvolvimento econômico precisa ter como vetor o que se convencionou chamar de ESG, termo usado como referência a práticas empresariais e de investimento que se preocupam com critérios de sustentabilidade, e não apenas com o lucro. A sigla vem do inglês “*Environmental, Social and Governance*”, que, em português, pode ser traduzida como “Ambiental, Social e Governança”. No Brasil, com uma sociedade assimétrica – a oitava mais desigual do mundo, com 50 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 5,50 por dia, e ocupando o 67º posto no ranking mundial de educação –, a sustentabilidade começa por erradicar a pobreza, melhorar a qualidade da educação básica, diminuir a desigualdade e trazer dignidade para a população por meio do emprego.

No contexto da celebração (e reflexão) dos 200 anos de independência, a situação precária da educação no país explica muito do que deixou de ser feito ao longo dos últimos dois séculos, e a oportunidade desperdiçada para a construção de uma economia eficiente e uma sociedade igualitária e justa, capaz de oferecer à população qualidade digna de vida e bem-estar social. Estagnamos socialmente e fomos ultrapassados por Coreia do Sul, China e outros países do sul da Ásia, que eram mais atrasados que o Brasil na década de 80 em termos de PIB, concentração de renda e potencial de desenvolvimento.

O primeiro passo para a sustentabilidade e para a viabilização do progresso é priorizar a educação como força motriz do desenvolvimento econômico e social do país.

O primeiro passo para a sustentabilidade e para a viabilização do progresso é priorizar a educação como força motriz do desenvolvimento econômico e social do país. Sem fazer essa “lição de casa”, ficaremos sempre à mercê de algumas consequências indesejáveis: o voto alienado, um Congresso mais preocupado com agendas particulares do que com a agenda nacional, baixa produtividade, baixos salários e uma quase

impossibilidade de planejarmos o Brasil para o médio e longo prazos. Isso porque, sem a cobrança como contribuintes e o exercício pleno da cidadania, assistimos a uma política de governos com fragmentação setorial, legítima ou não, que evita onerar alguns no curtíssimo prazo, enquanto prejudica o propósito de beneficiar toda a população no futuro, com políticas públicas de Estado, visando às consequências de longo prazo. Daí vêm concentração de renda, baixa produtividade, baixo consumo, baixa poupança e persistência da pobreza.

Ao mesmo tempo, vale destacar que, desde a proclamação da Independência, há 200 anos, conquistamos avanços significativos. Somos hoje um país democrático, com instituições sociais constitucionalmente estabelecidas, economia diversificada e uma indústria que ainda compete globalmente. Continuamos avançando, a despeito da persistência de alguns problemas históricos, como o corporativismo, o cartorialismo, a burocracia e o cipoal tributário, mas poderíamos ter alcançado muito mais.

Uma possível alternativa para reposicionar o país na rota de crescimento sustentável seria implementar um processo que a economista ítalo-americana Mariana Mazzucato e outros autores chamaram de MOIP (*Mission Oriented Innovation Policies*), que pode ser traduzido como Programas de Inovação Orientados por

Missão. Um exemplo desse modelo foi o projeto desenvolvido pelos Estados Unidos, na década de 1960, para levar o homem à Lua. Naquela época, os recursos tecnológicos ainda eram insipientes e não havia uma movimentação social clara – apenas uma corrida contra os russos –, mas os americanos criaram um arcabouço sistematizado, com senso de missão – o Projeto Apollo –, e conseguiram o que parecia impossível aos olhos de muitos.

Políticas, como a MOIP, pela essência de sentido de missão de longo prazo, permitem que recursos escassos não caiam na disputa imediatista orçamentária e se estabeleça um verdadeiro sistema cooperativo público-privado, sem as resistências dos concorrentes atuais. A vertente da sustentabilidade ambiental, voltada a uma economia de baixo carbono é, por natureza, uma vocação brasileira.

USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Nas últimas quatro décadas, já perdemos oportunidades de avançar na produção de chips microprocessadores, na transição tecnológica da Indústria 4.0, na robotização e na promoção de uma

modernização maior e mais efetiva do nosso parque industrial. E, também de sustentar uma classe média capaz de poupar e consumir. Agora, temos a chance de sermos guardiões de uma Amazônia produtiva, que é vista hoje como patrimônio mundial, propondo seu desenvolvimento racional e soberano por meio de cadeias produtivas limpas. Conservar a Amazônia, protegendo seus recursos naturais e garantindo sua sustentabilidade, demanda estratégia de país para sua utilização racional.

Quando queimamos a Floresta Amazônica indiscriminada e ilegalmente, queimamos o Brasil, tanto na realidade quanto na imagem. No lugar de mostrarmos que nosso país tem capacidade para ser líder na economia verde e conservar a Amazônia dentro do nosso direito soberano de utilizar sustentavelmente seus recursos, somos vistos como destruidores da natureza. É lamentável, também, ver parte do patrimônio genético da região sendo patenteado por outros países, limitando sua utilização pela indústria nacional. Os prejuízos para o Brasil, especificamente para o mundo dos negócios, são incalculáveis.

A proteção e conservação de seu patrimônio ambiental são imperativos para que o país consiga se tornar protagonista no enfrentamento de duas crises que assombam o mundo atualmente: a necessidade de

produção de alimentos, para atender a cada vez maior população da Terra; e a transição para uma economia de baixo carbono, que reverta os dramáticos efeitos das mudanças climáticas sobre o planeta. No primeiro caso, já somos um dos maiores produtores de grãos e de proteínas do mundo, e temos potencial para aumentarmos ainda mais nossa participação nesse mercado, sem causar danos ao meio ambiente. No caso da crise climática, o Brasil tem como vantagens comparativas o fato de ter a maior biodiversidade do planeta, sediada em grande parte na região amazônica, e a produção, em larga escala, de “energia limpa”.

Nesse caso específico, temos uma experiência inovadora, com muito sucesso, que vem sendo desenvolvida com o senso de missão, há quase cinco décadas: o *Proálcool*, programa criado em 1975 pelo governo brasileiro para incentivar a produção de álcool combustível e enfrentar a crise energética decorrente do chamado “choque do petróleo”. Ao longo dos últimos anos, o setor sucroalcooleiro nacional se desenvolveu bastante, se tornando o maior produtor mundial de etanol, com uma produção anual de 30 bilhões de litros. Ocupando uma pequena fração do solo arável brasileiro, o setor produz 60 *terawatts* por hora de energia e gera mais de 800 mil “empregos verdes” diretos e cerca de 2 milhões no total, incluindo os indiretos.

O Brasil tem potencial - e a chance histórica - de liderar mundialmente a chamada “economia verde”, baseada no processo de descarbonização.

NOVA GERAÇÃO DE ETANOL

Uma próxima experiência na mesma magnitude de impacto social está ao nosso alcance. Apenas com os resíduos do setor sucroalcooleiro, a tecnologia de etanol celulósico que temos hoje permitiria produzir entre 50% e 60% mais etanol do que já produzimos, sem aumentar a quantidade de área utilizada. É importante ressaltar que, nos últimos anos, esse setor também alcançou significativos progressos na

área ambiental. Saímos, por exemplo, da colheita queimada para a colheita mecanizada, e aumentamos a produção de cana-de-açúcar, matéria-prima do etanol, sem precisar de mais terra para as lavouras. Esse aumento de produtividade ocorreu graças à aplicação de novas tecnologias, a maior parte delas desenvolvida em universidades brasileiras e por instituições nacionais de pesquisa, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) e o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas).

Com a tecnologia atual de etanol de primeira e segunda geração, com variedades mais modernas de cana – a cana energia –, a produtividade no setor sucroalcooleiro pode crescer para 24 mil litros por hectare irrigado. Outro dado de impacto refere-se ao potencial dessa produtividade aplicada em área degradada ou usada extensivamente para gado. Se utilizássemos menos da metade da área degradada no Brasil – no total, são 200 milhões de hectares –, seríamos capazes de produzir, potencialmente, o equivalente ao consumo total de gasolina no mundo. Isso mesmo: 1,4 trilhão de litros! Por esses e outros atributos, o Brasil tem potencial – e a chance histórica – de liderar mundialmente a chamada “economia verde”, baseada no processo de descarbonização. Depende, sobretudo, de vontade política.

Na Europa e em outros lugares, a tendência é que a transição da mobilidade vá para a eletrificação. Cada país faz a legislação que mais lhe convém. Para o europeu, vale que o carro seja “verde”, ou seja, que não emita CO₂, não importando de onde vem a eletricidade. Pode vir, por exemplo, da queima do carvão, mesmo com a emissão de gás carbônico e o aumento do efeito estufa. Eles querem a cidade descarbonizada e o carro descarbonizado, mesmo na contradição da fonte de energia.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E INOVAÇÃO

Nós, por outro lado, temos a condição de realizar a transição energética para uma economia verde, considerando toda a cadeia produtiva desde a fonte original do carbono. Temos tecnologia da bioeletrificação já aplicada no Brasil, com utilização da célula sólida de combustível. Alguns fabricantes já têm protótipos rodando no país, que separam o hidrogênio do etanol e da água no tanque. O carro elétrico movido pelo hidrogênio contido no etanol e por água como fontes de íons não precisa da bateria de lítio de uma tonelada – e seus desafios de reciclagem – nem da energia do “grid”. O motor elétrico usa a chamada

célula a combustível de óxido sólido (SOFC) e não precisa de eletricidade do “grid”, ou seja, gera a eletricidade no próprio carro. Trata-se de um carro elétrico sem tomada. Como definiu o professor Gonçalo Pereira, Coordenador do Laboratório de Genômica e Bioenergia da Unicamp, *“o novo Proálcool é bioelétrico”*

Precisamos de uma política estratégica que proteja o que é patrimônio ambiental e o que é alavanca para o desenvolvimento sustentável, como vantagem comparativa no contexto prioritário de segurança energética nacional. É preciso deixar claro que esse ambiente para promover o desenvolvimento tecnológico não depende apenas de mecanismos de incentivo para o empresário correr o risco de inovar. Precisamos criar, também, um ambiente amplo de cooperação científica, tecnológica e regulatória, que proteja e acelere a inovação, as patentes e o conhecimento, de forma mais efetiva, sistêmica e ampla. Essa é uma premissa para que a inovação no Brasil cresça com o apetite de quem inventa e de quem empreende. O primeiro passo nesse caminho é construir um ambiente de colaboração, com senso de missão para o país, desde a ciência na academia, onde temos um berço sólido, até a interface com a tecnologia, como ela é financiada e como chega ao mercado.

O Brasil é um grande produtor de *papers* científicos e tem uma base acadêmica invejável para produção de ideias originais, mesmo no atual hiato científico. Alguns exemplos são a Unicamp, a USP e várias outras grandes universidades, além de instituições de pesquisa como o CNPEM (Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais), o CENPES (Centro de Pesquisas da Petrobras), a Embrapa, o IAC e o IPT. Temos, ainda, outras iniciativas, como: os Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia, que hoje se propagam pelo Brasil inteiro; a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial); a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e o CONIC (Conselho Superior de Inovação e Competitividade), da Fiesp, entre outros.

Contudo, o ambiente tem que ser melhorado para que a ciência e a inovação aplicadas tenham resultados mais efetivos, como se vê em diversos outros países. É preciso aprofundar, acelerar e desburocratizar o processo de cooperação entre o setor público, a iniciativa privada e a academia, além do incentivo às *startups*. Esse é um dos pré-requisitos para que tenhamos um futuro mais promissor, com base e compromisso sustentáveis, nessa e em outras áreas. A sustentabilidade depende da inovação e vice-versa.

SINTONIA COM O FUTURO

Bernardo Gradin defende que as reflexões em torno do bicentenário da Independência precisam passar pelo reconhecimento de que o Brasil falhou ou não aproveitou as janelas de oportunidades que ocorreram ao longo dos últimos dois séculos, sobretudo por não ter oferecido uma educação inclusiva, universal e de qualidade para a população. A manutenção da escravidão por 350 anos foi certamente uma causa central de nosso atraso nesse campo: os escravos não tinham direito à educação e os livres não precisavam ser educados por falta de competição e por abundância de recursos naturais. Esperamos 66 anos, depois da Independência, para fazer a Abolição, e até hoje não demos a importância devida à educação para os descendentes sociais dos escravos, os pobres.

Durante o período republicano, a educação continuou a ser tratada com desprezo e não como vetor para o progresso. Apenas na passagem no século XXI, o Brasil passou a matricular todas as crianças na escola, mas ainda mantém a má qualidade média do ensino e uma abismal desigualdade, conforme a renda e o endereço da criança. O desafio agora é impedir que o Brasil continue a ser um imenso crematório de cérebros, ficando à margem da era da economia do conhecimento.

Outro desafio colocado pelo empresário é a necessidade de o Brasil criar as condições necessárias para se tornar protagonista no campo da chamada “economia verde”. Esse novo ciclo econômico é lastreado no processo de descarbonização do planeta, que se tornou um imperativo global, em função das mudanças climáticas ocorridas nas últimas décadas. Gradin pontua que nosso país tem especificidades que o credenciam para assumir o papel de líder mundial nessa área: abriga a maior biodiversidade do planeta; produz alimentos em larga escala, sem danos ao meio ambiente; e tem uma matriz energética limpa, com destaque para a produção de etanol, biocombustível do qual somos líderes mundiais, em tecnologia e em produção.

O Brasil não deve perder essa janela de oportunidades aberta pela economia verde, como perdeu em outros momentos históricos. Desta vez, temos a chance de sermos protagonistas na agenda mundial da sustentabilidade, ajudando a construir uma nova civilização, onde o bem-estar esteja não apenas no aumento da oferta dos bens e serviços, mas também que sua oferta e seu uso ocorram com equilíbrio ecológico, servindo para melhorar o bem-estar da população.

Entretanto, para que essa missão se cumpra, é preciso que o país formule um planejamento estratégico, orientado por propósitos específicos, antes mesmo de ter todos os recursos técnicos e financeiros disponíveis. Os dividendos advindos do protagonismo do país no campo da bioeconomia poderiam ser utilizados para “pagar” dívidas históricas do país, como a redução das desigualdades sociais, a melhoria da qualidade da educação, a erradicação da pobreza e a formação do potente sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

CHEGA DE DIAGNÓSTICO. É HORA DE AGIR



Luiza Helena Trajano

Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza. Preside também o grupo "Mulheres do Brasil"

Um dos principais fatores que proporcionaram nosso atual nível de desenvolvimento econômico foi a construção de um parque industrial moderno e diversificado. Em países vizinhos, as indústrias foram sucateadas, enquanto nós nos mantivemos firmes, apesar dos períodos de inflação alta, que afeta a base do desenvolvimento: o emprego e a renda. Infelizmente, hoje estamos em um processo de desindustrialização que pode custar muito caro para o país no longo prazo.

O que mais incomoda no Brasil é a oscilação da economia, que dificulta o planejamento das empresas. No início da década de 1990, quando eu acabava de assumir a presidência da Magazine Luiza, o então presidente da República, Fernando Collor de Mello, confiscou a poupança. Tirou o dinheiro de todo mundo. No início da década de 2000, íamos colocar forno de micro-ondas no mercado, quando veio a crise energética. Aquele produto, que começava a existir, era responsável por 13% das nossas vendas. De repente, por 24 horas, os jornais estampavam: "não comprem forno de micro-ondas, pois ele tem alto consumo de eletricidade". Na época, era verdade mesmo.

A agilidade do setor de varejo, ponta da cadeia econômica, é diferente da que ocorre no setor industrial. Ganhamos menos, mas conseguimos reagir mais rapidamente. Depois do governo, o varejo é o maior empregador do Brasil. O Magazine Luiza é um exemplo do setor. Nos seus 65 anos de existência, enfrentamos muitos desafios para sobreviver e crescer. Conseguimos avançar, mesmo em tempos de crise, como a que estamos enfrentando atualmente, em função da pandemia de Covid-19 e da Guerra na Ucrânia. Na pandemia, reagimos rápido: criamos o "Parceiro Magalu", aberto para que qualquer pessoa pudesse ser um vendedor sem sair de casa. Cerca de 600 mil pessoas se inscreveram. Atualmente, todo dia, temos 60 mil pessoas que vendem algum produto.

A desigualdade social é problema de todos nós, pois afeta as atuais e as futuras gerações.

O fato de termos sido sempre muito abertos ao novo contribuiu para, em 1991, criarmos uma loja eletrônica e, já naquele tempo, entrarmos na lógica digital do comércio. O maior desafio foi em 2014 e 2015, quando resolvemos continuar apostando também em lojas físicas, enquanto o mercado não acreditava mais nesse formato. Sempre acreditamos na multicanalidade, mas enfrentamos muitas dificuldades para defender essa crença. As nossas ações chegaram a valer menos de 50 centavos. Éramos o “patinho feio” da bolsa, porque ninguém acreditava.

Essa situação começou a mudar quando grandes *players* mundiais do

setor, que nasceram na era digital – como *Amazon* e *Alibaba* – começaram a comprar lojas físicas. Para termos uma base, a *Amazon* está montando 800 lojas físicas nos Estados Unidos. Nosso grupo já dispõe de 1.500 lojas físicas espalhadas por muitos cantos do Brasil, que se transformam em postos de entrega e de relacionamento com o digital.

Além do preço, os consumidores querem baixo prazo de entrega. Quando você tem loja física, as pessoas vão e pegam o produto em uma hora, com um custo mais baixo. Em função desse e de outros fatores, nosso crescimento foi impressionante durante a pandemia, principalmente no mercado eletrônico – uma aposta que fizemos lá atrás e que se revelou muito acertada. Nesses dois anos, compramos 17 empresas e mantivemos todos os nossos empregados. Em 2021, faturamos R\$ 56 bilhões.

COMPROMISSO COM O SOCIAL

Outro desafio importante que temos pela frente é ultrapassarmos a barreira da desigualdade social. Um dos maiores indicativos desse problema é o déficit habitacional existente no país. Para revertermos esse quadro, precisamos construir 20 milhões de casas em 10 anos. É necessário e urgente dar o

apoio necessário para cada família ter sua casa própria, que é sinônimo de dignidade. Atender a essa demanda é, também, uma oportunidade para o crescimento da indústria e do comércio. A desigualdade social é problema de todos nós, pois afeta as atuais e as futuras gerações. Afeta, por exemplo, a segurança pública. O jovem da periferia ganha 100 reais para vender um mínimo de quantidade de droga na própria comunidade; a mãe e o pai passam fome, ele começa a vender droga e, depois, passa a ser traficante.

Para enfrentar esse problema, a primeira providência é combater a miséria e o desemprego, que aumentaram muito durante a pandemia. Deixar um pai de família desempregado, dentro de casa, gera consequências graves. Emprego também é sinônimo de dignidade. É entristecedor e assustador ver o país com 13 milhões – 15 milhões, talvez – de desempregados. Temos que lutar pela geração de empregos, para que a economia vá bem e as pessoas tenham dignidade. A estabilidade econômica é essencial para que possamos ter o mínimo de tranquilidade para trabalhar e continuar a gerar empregos.

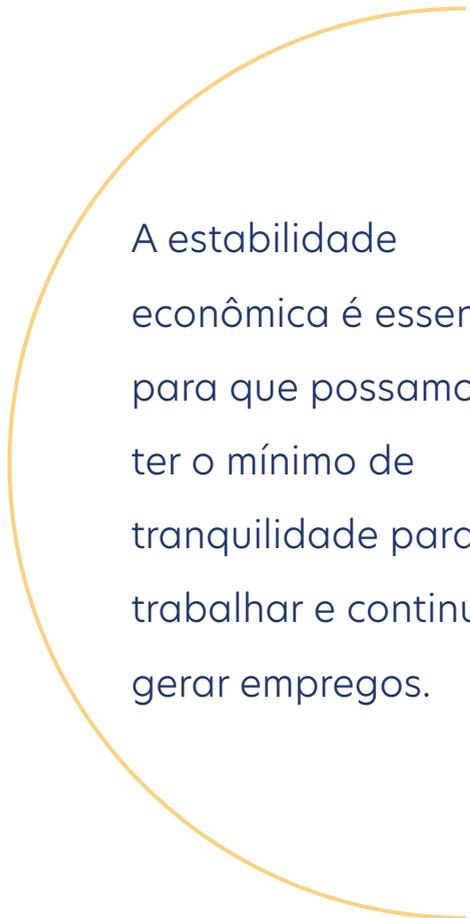
Minha proposta é reunirmos nossa força política com a sociedade, pois, juntos, somos muito mais fortes. Foi pensando nisso que, em 2013, criamos o grupo “*Mulheres do Brasil*”, com o

intuito de engajar a sociedade civil na conquista de melhorias para o país. Esse grupo conta hoje com a força política de 110 mil integrantes, desde líderes comunitárias até altas executivas de empresas, reitoras de universidades e cientistas. Na pandemia, lideramos o movimento “Unidos pela Vacina”, que conecta cidades de todas as regiões do país com empresas dispostas a fazer doações de equipamentos, insumos e serviços, com o objetivo de acelerar o processo de vacinação contra a Covid-19. Ao todo, já foram mobilizadas cerca de 230 empresas, que doaram aproximadamente 332 mil itens – como freezers, computadores e caixas térmicas com medidores de temperatura – para mais de 2 mil municípios. A união de empresas e sociedade civil nos permitiu fazer a vacina chegar mais rápido aos brasileiros, lá na ponta.

Agora, estamos trabalhando em um planejamento baseado em cinco pilares: saúde, educação, emprego, economia e habitação. Sem precisar reinventar a roda. Nosso desafio é, até 2032, colocar esses pilares na boca do povo. Imagina todas as federações estaduais da indústria se unindo para fazermos um planejamento junto com políticas públicas? Um fator fundamental nesse processo é fazer com que a sociedade civil dê o valor e

a importância que a educação merece. Precisamos levar o professor para o centro do palco. Algo na linha do que fez o agronegócio, que passou a ser visto com mais valor, depois que o setor realizou uma campanha nacional dizendo que “milho é agro”, “tomate é agro”, “tecnologia é agro”, ou seja, “Agro é tudo”. Hoje, todo mundo sabe o que é agro e seu papel no Brasil. Na hora em que fizermos isso com a educação, a população vai apoiar com entusiasmo. Se isso não acontecer, nenhum governo vai dar prioridade ao que é preciso. Há anos estamos falando que, sem educação, o país não vai para frente. Chega de diagnóstico! É hora de agir.

Se fizermos um levantamento histórico desses primeiros 200 anos de Independência, vamos perceber que toda transformação do país nasceu da sociedade civil organizada. Tem muita gente, em vários barcos, fazendo coisas boas. Precisamos fazer um planejamento para os próximos anos e décadas. Colocar todo mundo junto, para que possamos fazer o que precisa ser feito no Brasil, pelo Brasil. Se nos unirmos, pararmos de nos dividir, faremos coisas que nem podíamos pensar que seriam possíveis. Só com união nosso país vai conseguir avançar de forma consistente nas próximas décadas.



A estabilidade econômica é essencial para que possamos ter o mínimo de tranquilidade para trabalhar e continuar a gerar empregos.

A UNIÃO FAZ A FORÇA

Luiza Helena Trajano levanta três bandeiras: prioridade à educação, senso de urgência e unidade na ação. Ela une as três, defendendo a necessidade de o Brasil se envolver em uma espécie de “mania por educação”, nos moldes da campanha “Agro é tudo”. Nesse caso, o mote seria “Educação é tudo”. Pela lógica do seu raciocínio, o terceiro centenário deve ser o século em que o Brasil promoverá a educação de seu povo, de forma prioritária e igualitária. Depois do descaso, ao longo dos dois séculos, chegou a hora de propiciar a educação com qualidade para todas as nossas crianças.

No entender de Luiza Helena, essa missão passa pela unidade dos empresários brasileiros, entre eles e com o povo, pelo futuro do país. Ao dizer “basta de diagnóstico, queremos ações planejadas”, ela diz “basta de reivindicações corporativas, queremos propostas pelo Brasil”. Ao defender que “é preciso trazer o professor para o centro do palco”, expõe a necessidade de assumirmos o desafio de colocar o professor como a peça central da construção do futuro, por ser o formador das futuras gerações.

No passado, trouxemos ao palco do progresso a economia, a indústria, a energia, as estradas, as minas e o agro. Mais recentemente, começamos a trazer o meio ambiente e a inovação. Ao darmos o devido protagonismo aos educadores, como sugere a empresária, estaremos priorizando a educação como vetor do progresso.

Ela prega, também, que o país precisa se unir em torno da missão de erradicar a pobreza e reduzir a grande e histórica desigualdade social existente. Para isso, considera fundamental o enfrentamento do desemprego, que hoje atinge milhões de brasileiras e brasileiros. Apenas o emprego é capaz de dar dignidade e cidadania às pessoas, além de ser um dos principais fatores para redução da pobreza e da desigualdade.

Para levar a cabo essa missão, Luiza propõe que seja feito um planejamento estratégico, que leve em conta as frequentes oscilações da economia brasileira, que colocam em risco a sobrevivência das empresas, responsáveis pela geração de empregos. E, também, que sejam implementadas políticas públicas consistentes.

O APRENDIZADO DA AMAZÔNIA



Marcelo Thomé

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) e CEO do Instituto Amazônia+21

Igapó-Açu fica no meio da BR-319, entre Porto Velho e Manaus. De cima da balsa que levava alguns carros e a minha motocicleta, me encantava com a beleza do rio de águas escuras, sem deixar de perceber, nas suas duas margens, as filas que se formavam, com outros carros e alguns caminhões esperando chegar sua vez de embarcar para fazer a travessia. Era mais uma ponte faltando na estrada que conecta as capitais de Rondônia e do Amazonas.

A exuberância da floresta era um espetáculo iluminado pelo sol do Norte, tanto que precisei de certo esforço para que a riqueza da paisagem não apagasse da minha memória a pobreza extremada que eu havia visto com resignação na comunidade de Igapó-Açu, onde 400 brasileiros viviam entregues à própria sorte, esquecidos na solidão daquele vasto mundo verde. A falta de qualquer infraestrutura social e logística impunha ali um atraso criminoso. Não havia escola nem hospital. O comércio precário não garantia sequer a oferta da cesta básica, com os poucos produtos vendidos a preços absurdos.

Igapó-Açu é distrito de Manicoré, mas a sede do município fica a mais de 700 quilômetros. Então, a cidade mais próxima a que se pode recorrer é Humaitá, a 430 quilômetros, mas me informaram que a viagem podia levar até três dias, dependendo das chuvas e da condição da estrada.

O desenvolvimento do país não se sustentará nos limites do Sul e do Sudeste. É urgente despertar para o potencial das outras regiões.

Essas memórias são da minha primeira viagem pelo interior da Amazônia, há mais de duas décadas, mas, até hoje, as coisas não mudaram muito em Igapó-Açu nem nas profundezas do interior da Amazônia. Vim jovem do Rio de Janeiro. Um arquiteto recém-formado decidido a trocar a cena urbana do litoral pela aventura de mergulhar em um Brasil desconhecido, inexplorado e à espera de uma ocupação civilizatória, para lhe integrar ao país a que pertence; espera longa, que remete aos tempos coloniais e que pouco havia avançado desde a “Marcha para o Oeste”, empreendida pelo Marechal

Cândido Rondon. Determinado a conhecer a Amazônia, rodei muito. Onde encontrava uma estrada, seguia seu rumo. Também fui aonde não havia estrada, trilhando caminhos difíceis.

Me estabeleci como empresário da construção civil em Porto Velho, servida pelo rio Madeira, acessível pela BR-364, com infraestrutura acima da média região, mas ainda longe do que exige o potencial da cidade. Morador da capital, viajei muito pelo interior de Rondônia. Como industrial, fui enxergando possibilidades de negócios sustentáveis para além do chão de fábrica, no chão da floresta.

Conto essa história para dizer que precisei frequentar diferentes realidades dentro do vasto território amazônico, acumulando todo um aprendizado de vida, para entender, com clareza, como as desigualdades regionais brasileiras prendem a Amazônia a um interminável ciclo de pobreza. Ano após ano, esse aprendizado também fez evoluir minha percepção do valor das nossas florestas.

A QUESTÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

O mundo do século XXI aconselha a elite econômica brasileira, tanto quanto as nossas forças políticas, a

incluir a Amazônia no PIB nacional e dar protagonismo a essa região, que tem vocação e potencial para garantir a sustentabilidade de uma economia verde, ampliada em cadeias de produção estruturadas e distribuídas em todo o país, valorizando as vocações regionais. Por outro lado, parece absurdo o país simplesmente esquecer que a Amazônia Legal representa 59% do seu território. Mais da metade do mapa do Brasil permanece fora dos planos nacionais e do planejamento econômico de seguidos governos. Isso tem que mudar. A inclusão da Amazônia não será apenas um arranjo para o desenvolvimento regional, mas a possibilidade de um projeto de desenvolvimento sustentável brasileiro.

Para incluir o Norte e o Nordeste, o Brasil tem que enfrentar as desigualdades regionais. Sem essa mudança de atitude, o país vai manter grande parte da sua população sobrevivendo com problemas da agenda do século XIX, sendo o déficit de saneamento básico o mais gritante dos nossos males negligenciados. E os avanços que engendrar na direção do século XXI ficarão restritos aos polos de desenvolvimento mais consolidados do Sul e do Sudeste, agravando, portanto, as velhas desigualdades regionais.

O desenvolvimento do país não se sustentará nos limites do Sul e do Sudeste. É urgente despertar para o potencial das outras regiões.

Prioridade no orçamento público, incentivos fiscais e regimes tributários diferenciados para induzir investimentos nas Regiões Norte e Nordeste não podem continuar sendo taxados de paternalismo ou coisas mais preconceituosas. Na verdade, tais incentivos sequer existem, pelo menos no volume, na forma e na continuidade necessários. Antes de uma concessão da Federação, eles seriam o pagamento de uma dívida histórica inscrita na contabilidade social da Constituição de 1988.

Mais de 28 milhões de brasileiros vivem na Amazônia Legal, a grande maioria em condições de vida já inadmissíveis no início do século XX. Quanto mais entramos no interior da Amazônia, mais isso piora. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgado em 2022 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), traz 33 cidades da região entre as 50 piores do país em desenvolvimento social. Sem uma política de integração econômica da Amazônia, o Brasil não terá lastro para cumprir as metas que o governo federal assumiu na COP-26, em Glasgow: zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050, com redução de 50% até 2030; diminuir em 30% as emissões de metano até 2030; e eliminar o desmatamento ilegal até 2028.

A interdependência entre meio ambiente, sociedade e economia para o desenvolvimento sustentável é a realidade do século XXI, e tudo isso é

afetado pelas desigualdades regionais. Agora entendo que a superação desse mal secular brasileiro passa pela inclusão e pelo protagonismo da Amazônia em um projeto nacional de desenvolvimento sustentável. Caso contrário, o Brasil morrerá nas praias do Sul.

A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

O Brasil esteve na Cúpula do Clima, em Glasgow, e se comprometeu a reverter perdas florestais em todo o seu território, especialmente na Amazônia. Assinou esse compromisso coletivo na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-26), em conjunto com outros 100 países, entre os quais destaco os que conservam maiores áreas de florestas: Canadá, Colômbia, Indonésia, República Democrática do Congo e, claro, o nosso Brasil.

Ao anunciar que vai promover o desmatamento ilegal zero no Brasil até 2028, o governo federal fortalece a defesa da Amazônia e do desenvolvimento sustentável. Cada árvore salva, com sua função na captura e no estoque de carbono, é mais um ponto de apoio dos negócios sustentáveis. Para permanecer de pé, a Floresta Amazônica, detentora do maior patrimônio genético do planeta, precisa de investimentos e parcerias de empresas grandes, médias e pequenas, locais e transnacionais. E o seu manejo

A interdependência entre meio ambiente, sociedade e economia para o desenvolvimento sustentável é a realidade do século XXI, e tudo isso é afetado pelas desigualdades regionais.

tem que impactar positivamente a qualidade de vida dos 28 milhões de brasileiros que nela habitam.

No esforço para cumprir o Tratado de Glasgow e zerar o desmatamento ilegal, o Brasil precisa de uma mobilização que incentive a sustentabilidade socioeconômica na Amazônia, com desenvolvimento local e inclusão de comunidades. É imprescindível, também, a incorporação de novas tecnologias, inovação e formação profissional, estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e investimentos em educação e associação de conhecimentos novos e tradicionais.

O Brasil precisa de uma mobilização que incentive a sustentabilidade socioeconômica na Amazônia, com desenvolvimento local e inclusão de comunidades.

Também fui à COP-26 junto com outros empreendedores que formam, comigo, um movimento empresarial da Amazônia, conectado à realidade do século XXI. Nossa ideia básica é associar sustentabilidade socioeconômica com a floresta e seus habitantes. A face prática desse movimento é o *Instituto Amazônia+21*, uma iniciativa de empresários da Amazônia com suporte da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das nove federações das indústrias dos estados que compõem a Amazônia Legal Brasileira.

Com abordagem ESG (*sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança*), o *Instituto Amazônia+21* surge para promover negócios sustentáveis na região e adequar empreendimentos já existentes à realidade, às demandas e às vocações da Amazônia.

Conhecemos as diferentes realidades nas sub-regiões da Amazônia e devemos afirmar que o desmatamento ilegal zero deve envolver o combate a todo um conjunto de atividades ilegais entranhadas no atraso – velhas práticas que, além da tragédia ambiental, tiram a dignidade de trabalhadores tragados para essa zona ilícita. Quem trabalha sério para produzir e gerar empregos na Amazônia, se submete a um complexo conjunto de leis, códigos e regulamentos. Isso tem um custo muito alto, mas é pelo diálogo com o Estado que tratamos conflitos, excessos e até abusos. Enquanto isso, as atividades ilegais escamoteiam o avanço sobre a floresta, a exploração predatória e a concorrência desleal contra empresas com responsabilidades social, ambiental e fiscal.

No caminho do desenvolvimento sustentável, o Brasil há que ter práticas inovadoras e valores rígidos. Os princípios ESG impõem compromissos socioambientais desafiadores para a jornada do *Instituto Amazônia+21*, que é mais uma iniciativa da indústria e do setor produtivo na direção da sustentabilidade. Grandes

indústrias nacionais reduziram emissões e implantaram modelos sustentáveis. A maioria das empresas, inclusive médias e pequenas, já adotam alguma prática ESG. A CNI publicou estudo indicando quatro eixos de migração para uma economia de baixa emissão: transição energética, economia circular, precificação de carbono e conservação de florestas.

O compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2028 traz boas expectativas, mas não se pode descuidar desse foco mais amplo e devastador para a imagem do Brasil e a vida na Amazônia: as atividades ilegais que contaminam rios, degradam terras e biomas, assassinam e roubam populações tradicionais. O prejuízo socioambiental é calculado em dezenas de bilhões de reais, sem considerar o custo da narrativa de que qualquer atividade mais arrojada na região é predatória e sem escrúpulos. Atividades sustentáveis, com tecnologias apropriadas, fiscalização e controle efetivo do Estado fortalecem o desenvolvimento sustentável e podem gerar ganhos para comunidades locais, em escala adequada, com qualidade de vida e justiça para os povos da floresta.

A conservação da Amazônia é dada como indispensável para a sustentabilidade do planeta. Disso não se pode discordar. Mas também não se muda o mundo sem mudar a vida de comunidades como aquela que conheci em Igapó-Açu.

TEMPO DE FAZER ESCOLHAS

Marcelo Thomé faz um apelo à razão, ao alertar para os erros de, por um lado, se tentar promover o progresso da região amazônica sem reconhecer a dívida histórica que o país tem para com os mais de 28 milhões amazônidas, que, em sua maioria, vivem hoje em condições precárias e, por outro, desprezar o custo ambiental, econômico e social de não preservar a floresta para as próximas gerações. Ele defende que a exploração da floresta deve ser feita com vistas a criar um polo mundial de bioeconomia na região para, a partir do uso de tecnologias de ponta, aproveitar as muitas potencialidades existentes no bioma amazônico. Contudo, esse movimento só se justifica se pelo menos parte dos frutos daí decorrentes retornarem para os habitantes da região, sobretudo na forma de empregos e renda.

A transição para a chamada “economia verde”, que está se desenhando no mundo, requer a incorporação da sustentabilidade na equação de um novo conceito de desenvolvimento. No caso específico da Amazônia, o grande desafio é transformar suas potencialidades econômicas em negócios sustentáveis, utilizando os produtos que a floresta em pé pode fornecer.

Ao viabilizar o desenvolvimento sustentável da região, com foco no aproveitamento de sua rica e imensa biodiversidade, o Brasil estará contribuindo, também, para o processo de descarbonização da economia mundial, que é um imperativo no contexto das mudanças climáticas que assombram o planeta. Esse é um dos ativos que o país tem para se tornar protagonista na era da “economia verde”. Entretanto, para aproveitar essa oportunidade, precisamos fazer as escolhas certas com relação ao presente e ao futuro daquela que é a maior floresta tropical do mundo.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA